

## CRISE, IMPERIALISMO E A GÊNESE DA AGENDA IMPERIALISTA DE EDUCAÇÃO PARA OS PAÍSES EM CONDIÇÃO DE SUBDESENVOLVIMENTO FORÇADO.

Emanuela Rútila Monteiro Chaves<sup>1</sup>

Maria da Conceição da Silva Rodrigues<sup>2</sup>

### RESUMO

Esse trabalho discorrerá sobre a tese mézárjana de crise estrutural do capital, cenário em que emerge uma nova fase de desenvolvimento imperialista, dominada pelos Estados Unidos enquanto força global. A prática imperial também se desdobra em agendas impositivas, principalmente para os países pobres, mediante a atuação direta do Banco Mundial, que passa a intervir nos rumos da educação dessas nações a partir da articulação entre educação e alívio da pobreza. A fim de compreender a raiz onto-genética e os traços de continuidade em relação ao atual compromisso internacional de educação, desdobramento do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4, objetivamos nesse estudo analisar a gênese da agenda imperialista de educação. Ancorado na ontologia materialista de Marx, a pesquisa possui uma natureza bibliográfica e documental e se fundamentará principalmente nas formulações teóricas mézárjanas, para analisar as Declarações de Jomtien (1990) e o Marco de Ação de Dakar (2000), fazendo um recorte da categoria sustentabilidade nesses documentos. As análises empreendidas ao longo do artigo já apontam para a relação entre educação e erradicação da pobreza como eixo central do alcance do desenvolvimento sustentável nos países pobres, demarcando a raiz de uma continuidade da agenda imperialista denominada de Educação para Todos (EPT) com a que se seguiu a esta, designada de Compromisso Global de Educação 2030.

**Palavras-chave:** Crise estrutural do capital, Imperialismo, Educação Para Todos, Países pobres.

### INTRODUÇÃO

A piora das condições de vida em todas as nações desenvolvidas, a concentração de riqueza a um patamar jamais visto em detrimento de muitas mortes por inanição, a elevação e aprofundamento do desemprego a um nível estrutural, a crise política acompanhada da crise institucional enquanto reflexo da profunda crise da sociedade civil, são efeitos diretos do forte abalo irreversível na estrutura do capital, dado o caráter circular da sua reprodução expansiva. Para compreender todo esse complexo de mediações, relacionando-os intimamente com a crise estrutural do capital, é preciso clareza quanto à ligação destes fatos com o agravamento das contradições subjacentes a esse modo de controle do metabolismo social. Uma das contradições

---

<sup>1</sup> Professora do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, [emanuelarutila@uern.br](mailto:emanuelarutila@uern.br);

<sup>2</sup> Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, [maria.conceicao@ifpa.edu.br](mailto:maria.conceicao@ifpa.edu.br);

e limitações mais importantes à operabilidade do capital se refere a sua tendência globalizante e à continuidade da dominação exercida pelos Estados nacionais. Assim, Mészáros (2012) afirma que diante da potencialidade explosiva dessa contradição e de todas as suas implicações já testemunhadas pela trágica história de duas guerras mundiais é mister analisar os desdobramentos contemporâneos do imperialismo e o seu viés profundamente destrutivo.

Na consolidação da supremacia imperialista, inclusive em meio ao seu declínio, os Estados Unidos contaram com o auxílio político e estratégico de organizações internacionais, a exemplo do Banco Mundial, que traz desde a sua gênese a defesa da política externa estadunidense. A prática imperial também se desdobra em agendas impositivas, principalmente para os países pobres, mediante a atuação direta de organismos multilaterais que passam a intervir nos rumos da educação dessas nações a partir da articulação entre educação e alívio da pobreza, o que mais adiante seria tido como o principal motor da promoção da sustentabilidade econômica. O marco inicial dessa interferência foi o Programa de Educação para Todos (EPT), que influenciou fortemente o pacote de reformas neoliberais no âmbito das políticas de educação das nações mantidas em condição de subdesenvolvimento forçado. A fim de compreender a raiz onto-genética e os traços de continuidade em relação ao atual compromisso internacional de educação tido como desdobramento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, objetivamos nesse estudo analisar a gênese da agenda imperialista de educação. Esta remonta a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, em 1990, seguida do Fórum Mundial de Educação realizado em Dakar nos anos 2000, para citar os principais eventos de escala mundial.

A partir do fundamento da ontologia materialista de Marx e das teses mézszárianas acerca da crise estrutural do capital e do imperialismo, essa pesquisa analisará as Declarações de Jomtien (1990) e o Marco de Ação de Dakar (2000), fazendo um recorte da categoria sustentabilidade nesses documentos. Amparados na tese mézszárianas de que o momento predominante da terceira fase imperialista seria executado pela crise estrutural do sistema metabólico do capital, defendemos o pressuposto que vivenciamos uma fase peculiar do imperialismo, com implicações que se desdobram em projetos educativos cujo cerne seria o alívio à pobreza nos países pobres. As conclusões desse trabalho já apontam para a relação entre educação e erradicação da pobreza como eixo central do alcance do desenvolvimento sustentável nas nações periféricas, demarcando a raiz de uma continuidade da agenda imperialista de EPT a que se seguiu a esta, designada de Compromisso Global de Educação enquanto desdobramento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.

## METODOLOGIA

Na busca de apreender a essência desse objeto e as suas múltiplas determinações a partir da sua constituição histórico-genética, centraremos nossas análises na “[...] ontologia que fundamenta o método de Marx [...]” (LUKÁCS, 2010, p. 39), na medida em que o método não pode ser descolado da concepção filosófica que orienta a leitura da realidade. A ontologia materialista de Marx, concebe a realidade histórico-concreta enquanto síntese dialética da imediaticidade cotidiana e da essência. Nessa perspectiva, o cotidiano é apenas um momento do ser, fundamental para o desvelamento da sua gênese. Do todo caótico chega-se ao concreto pensado, expresso sob a forma de síntese.

A ontologia materialista de Marx inaugura os fundamentos de uma nova forma de fazer ciência e filosofia que permite uma maior aproximação da realidade histórico-social (TONET, 2013). Essencialmente diferente da ontologia metafísica, por ser produto de uma forma de organização societal puramente social e fundada na categoria da possibilidade que reúne as condições materiais necessárias a instauração de outra forma de trabalho e de intercâmbio humano, o momento predominante da ontologia marxiana repousa na realidade construída pelas ações humanas através da atividade conscientemente orientada de produção da existência material. A categoria do trabalho detém a matriz ontológica dos demais complexos sociais e estabelece com estes uma relação de influência mútua que se dá sob a mediação da totalidade social que tem no seu movimento e na sua dinâmica impressa em cada período histórico o momento predominante na gênese e evolução de cada complexo particular.

Atualmente a totalidade social regida pelo capital encontra-se em um momento de crise sistêmica, que tem a sua raiz na economia e atinge de forma crescente todas as esferas da vida humana. No contexto do predomínio da força destrutiva do capital, expresso na terceira fase imperialista, as políticas de educação serão subordinadas aos ditames homogeneizadores de instituições financeiras internacionais, tendo a sua gênese no Movimento Internacional de EPT. Ancorado na ontologia materialista de Marx a pesquisa possui uma natureza bibliográfica e documental e se fundamentará principalmente, nas formulações teóricas mézárianas. O presente estudo tratará primeiramente da tese mézariana da crise estrutural do capital. Articularemos crise, disseminação das tendências destrutivas e imperialismo na concepção de Mézáros (2006; 2007; 2010; 2011; 2012). Em seguida, situaremos brevemente o papel do Banco Mundial, como agente a serviço do imperialismo estadunidense, na redefinição das políticas de educação dos países pobres. Para tal, utilizaremos os escritos de Mendes Segundo (2005), Pereira (2009; 2014; 2018). Posteriormente, nos debruçaremos sobre as Declarações de

Jomtien (1990) e o Marco de Ação de Dakar (2000), fazendo um recorte da categoria sustentabilidade, a fim de compreender os possíveis elos de continuidade com a atual Agenda imperialista Global de Educação subjugada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Por fim, traremos as nossas considerações finais sobre as análises empreendidas ao longo do artigo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de compreendermos a complexidade e a singularidade profundamente destrutiva que emana do que Mészáros (2012) diz ser a terceira etapa de desenvolvimento imperialista, se faz necessário, primeiramente, analisar a tese mézáríana de crise estrutural do sistema sociometabólico do capital. Essa crise, sistêmica e crônica, que também é uma crise inédita de superacumulação, cujo epicentro pode variar, afeta todas as formas concebíveis de sistema do capital, e difere essencialmente das crises cíclicas ou conjunturais analisadas por Marx. A destruição do capital superproduzido em momentos de crises cíclicas já demonstrava a tendência latente à destrutividade do sistema, embora essa tendência ainda não estivesse generalizada como traço cotidiano da reprodução do capital.

Segundo Mészáros (2011) o capital é um modo de controle sociometabólico antagonicamente estruturado que, para romper com os limites postos pela autossuficiência e se tornar um sistema orgânico, decretando a morte das organizações sociais pré-capitalistas, teve que efetuar uma ruptura artificial entre produção e controle. Essa ruptura, raiz da incontrollabilidade ontológica do capital (Mészáros, 2011; Paniago, 2001) é a base dos antagonismos estruturais desse modo de controle. Para serem administrados, segundo os imperativos do capital, o antagonismo entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação demandam a interferência do Estado Moderno com vistas a assegurar a reprodução material do sistema. Enquanto sistema pautado na contradição entre capital e trabalho, cuja reprodução tem como fundamento sua própria causa ou “*causa sui*”, ele põe a necessidade imprescindível de um maquinário poderoso de deslocamento das contradições subjacentes.

Nos dias hodiernos, as contradições do capital vêm se intensificando, exigindo o uso cada vez mais recorrente do mecanismo de deslocamento de forma a garantir a sua reprodução ampliada. Entretanto, esse mecanismo tem atuado com eficácia reduzida e o seu bloqueio representa um obstáculo potencialmente explosivo, já que o capital nunca ofereceu soluções efetivas a nenhuma das suas contradições subjacentes. Muito pelo contrário, cultivou-as, na

medida que, devido a sua natureza contraditória, nelas prosperava. Mészáros (2010) assevera que realmente não há possibilidade de haver nenhuma crise de caráter estrutural diante do funcionamento adequado desse mecanismo de auto-expansão que ao mesmo tempo transcende e desloca as contradições a um outro patamar, a um outro país, etc. Podem ocorrer crises de outro tipo que afetem diretamente uma das três dimensões internas do capital (produção, consumo, circulação/distribuição/ realização) e indiretamente todo o sistema, com durações e gravidades variadas, se atendo somente aos seus limites relativos ou imediatos.

Antes que as potencialidades do capital enquanto formação global pudessem ser plenamente desenvolvidas, foram necessárias algumas mudanças via eliminação do que se mostrava politicamente ultrapassado. Quando eclodiu a crise de 1929, o capital estava vivenciando o final da sua fase de transição da “totalidade extensiva” (expansão territorial por todos os continentes do globo) para a “totalidade intensiva” (máxima exploração dos territórios já descobertos e colonizados), tida como consequência direta do estímulo produtivo dado pela Primeira Guerra Mundial seguido pela reconstrução do pós-guerra. As novas contradições despontaram no horizonte do capital porque os avanços na produção não podiam ser enquadrados nos limites postos pelas relações de poder existentes sob a predominância da “totalidade extensiva”.

Nesse cenário, mais precisamente na década de 1920, os Estados Unidos despontavam como a força econômica global, mesmo atrás do imperialismo britânico, por conta das relações políticas anacrônicas de dominação global ainda vigentes, muito embora esse cenário não pudesse seguir indefinidamente. A crise de 1929 evidenciou que a reprodução sociometabólica do capital demandava mudanças estruturais nas relações políticas obsoletas, a fim de retomar o ciclo de expansão e evitar uma depressão crônica. E o que de fato ocorreu foi a reorganização das relações imperialistas de dominação global, sob uma ótica radicalmente nova tendo os Estados Unidos enquanto detentores da hegemonia mundial.

Não surpreende, portanto, que o imperativo de um novo início se cristalizasse durante a “Grande Crise Mundial”. As pressões devastadoras dessa crise que parecia sem fim tornaram bastante claro que o capital dos Estados Unidos tinha de remodelar todo o mundo do capital à sua própria imagem, mais dinâmica, e que não havia alternativa caso se quisesse superar não apenas as condições críticas imediatas, mas também a perspectiva de uma depressão crônica. Nele se previram [...] a absorção, para todos os fins e propósitos, dos Impérios Britânico e Francês pelos interesses mais altos da “totalidade intensiva” do capital e a relegação das modalidades historicamente antiquadas de imperialismo e colonialismo à segunda divisão, lugar que, com efeito, lhes cabia (MÉSZÁROS, 2010, p. 85-86).

Sobre os chamados “anos dourados do capitalismo”, período que vai do pós- Segunda Guerra ao final da década de 1960, Mészáros (1995 apud Lessa 1998) afirma que o Estado de Bem Estar Social se conformou como a primeira forma de crise estrutural vivenciada pelo capital e que a partir desse momento, se estendendo aos dias atuais, o entrave à reprodução do capital estaria na impossibilidade de ampliar o consumo na mesma medida do desenvolvimento das forças produtivas. Mesmo efetuando um amplo deslocamento das contradições com a adoção de um mercado consumidor de massas regulamentado politicamente, o Welfare State teve um prazo de validade breve acarretando a eclosão do segundo momento da crise estrutural do capital expresso tanto na sua derrocada como na dissolução das sociedades definidas por Mészáros enquanto pertencentes a um sistema do capital pós- capitalista.

O contínuo depressivo que se abateu sobre os principais países ocidentais, decretou o fim do sistema estatal de controle do capital nos moldes keynesiano e posteriormente, o fim do sistema do capital pós-capitalista na URSS e demais países do Leste Europeu. Outrossim, demonstrou o fracasso e a limitação estrutural do sistema no tocante à falaciosa “Modernização do Terceiro Mundo”, com todas as suas severas implicações sociais, além do fracasso da expansão monopolista do capital privado. A crise estrutural deixa evidente a completa derrota das propostas de desenvolvimento do século XX, impondo o seu caráter global e a sua gravidade, que se estende de forma cada vez mais forte até os países mais desenvolvidos, à viabilidade desse sistema sociometabólico.

A tese de crise estrutural do capital se articula a outras teses e análises mézárarianas escritas ao longo de mais duas décadas de esforço intelectual em torno de uma crítica radical. Amparada na diferenciação entre capital e capitalismo, essa tese traz uma análise bastante original sobre a dinâmica atual desse modo de controle, ao enfatizar a ativação de todas as suas tendências destrutivas, a aproximação do espectro da sombra da incontrolabilidade total em meio ao encontro do capital com os seus limites absolutos. Com a erupção da crise estrutural chega ao fim a era dos ciclos de expansão em que se alternavam períodos de expansão e crise, e desde o final da década de 1960 e início dos anos 1970 o capital está imerso em uma depressão contínua. Embora a crise estrutural seja essencialmente diferente das crises cíclicas, afetando todas as formas concebíveis de sistema do capital, estas ainda se constituem enquanto característica fundamental do capitalismo e, desse modo, continuam a ocorrer combinadas com a crise de caráter sistêmico.

Quanto à origem da crise sistêmica esta reside dentro da estrutura capitalista, derivando das três dimensões internas fundamentais de autoexpansão do capital, anteriormente citadas, e consiste no bloqueio sistemático das três partes vitais que o compõem. Em outras palavras, a

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

disfunção de todas as partes constituintes vitais enquanto totalidade coloca em questão os limites absolutos da estrutura global. Nesse momento, as disfunções advindas dos antagonismos tornam-se cumulativas, pois não podem mais ser dissipadas, e desse modo se constituem enquanto estruturais, acarretando o sério risco de bloqueio do mecanismo de deslocamento das contradições. Com a crise estrutural esse mecanismo de reprodução e de deslocamento das contradições exhibe perturbações cada vez mais intensas, pondo o complexo global frente a frente com os seus limites últimos. Quando Mészáros (2010; 2011) pontua essa análise, isso significa que ele está afirmando que a crise estrutural, que aparece no horizonte da totalidade social regida pelo capital a partir da década de 1970, se relaciona a algo mais ameno que as condições absolutas e que a tripla fratura (entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação) exhibe perturbações crescentes. Essa tripla dimensão tende a romper o processo de crescimento, além de anunciar uma possível falha na sua função vital de deslocamento das contradições acumuladas do modo de controle do capital.

Por conta da circularidade perversa do capital essa crise reverbera de forma intensa em todas as instituições políticas, embora não se restrinja a elas. Nesse sentido, Mészáros conclui que “[...] a crise estrutural do capital revela-se como uma verdadeira crise de dominação em geral” (2010, p. 78). Ele ainda alerta que, por ter um caráter estrutural, a crise ora vivenciada tende a se agravar atingindo não apenas o setor financeiro global, predominantemente parasitário, mas todos os campos sociais, econômicos e culturais, inclusive a educação. Nessa perspectiva, salienta que “A crise estrutural da educação tem estado em evidência já há um número de anos nada desprezível. E aprofunda-se a cada dia, ainda que essa intensificação não assuma a forma de confrontações espetaculares” (MÉSZÁROS, 2011, p. 59). Diante da instabilidade das condições socioeconômicas, se faz cada vez mais necessário a intervenção política na salvaguarda dos imperativos do sistema, o que não pode mais ser efetuado pelo Estado capitalista em sua forma atual.

A crise acarretou um esgotamento do padrão de acumulação fordista/taylorista e de sua base estatal keynesiana, que nos anos anteriores trouxe altas taxas de crescimento econômico, principalmente por meio do consumo em massa, aliado à obsolescência planejada, e do alto investimento estatal em gastos militares (keynesianismo militar). Como resposta ao desmantelamento do modelo anterior e à conseqüente queda das taxas de lucro, o capital, personificado na burguesia monopolista e nos seus representantes políticos, conduziu uma ofensiva, pautada na reestruturação econômica e político-ideológica. No campo político-ideológico o ataque foi conduzido mediante a implantação do ideário neoliberal e sua proposta de reforma do aparelho estatal, difundido pelas nações desenvolvidas, em especial pelo governo

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

dos Estados Unidos. Na constituição da dita nova ordem mundial, sob tutela estadunidense, as instituições financeiras criadas em Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), cujas funções se encontravam já devidamente reconfiguradas e distantes do objetivo para o qual foram criadas, executaram um papel de destaque (PIRES, 2006).

O processo reestruturador demonstra a verdadeira face do capital que se utiliza de estratégias cada vez mais intensivas para se libertar de qualquer amarra que atrapalhe a sua expansão pretensamente ilimitada. No entanto, a restauração do capital, ao invés de promover a almejada solução para os seus antagonismos estruturais, intensificou-os drasticamente, potencializando ainda mais os efeitos da crise estrutural. A utilização de um vasto arsenal voltado para a administração das contradições existentes, como também a capacidade de criar outros instrumentais para a defesa da sua continuidade, diante da sua utilização frequente e eficácia decrescente, é uma consequência da crise estrutural que se alastra (MÉSZÁROS, 2011).

Nesse cenário, em que se manifestam com intensidade crescente as contradições do sistema nunca solucionadas, se sobressai a necessidade contraditória e explosiva do capital transnacional de sua adequada formação estatal, dando corpo à fase mais perigosa do desdobramento imperialista. Para Mézáros (2006, p. 3-4) “[...] estes dois fatores estão estreitamente ligados- por um lado, a nova fase, potencialmente fatal do imperialismo hegemônico global [...] e, por outro lado, a gravíssima crise estrutural interna do sistema [...]”. Esse filósofo (2012) destaca que o início da crise estrutural trouxe transformações fundamentais na dinâmica imperialista e que estas foram o estopim necessário para a adoção de uma atitude crescentemente agressiva, mesmo com toda a falácia de conciliação e, posteriormente, da ampla divulgação de uma dita “nova ordem mundial” sob a tutela estadunidense.

De acordo com Mézáros (2010), a proclamada supremacia estadunidense pautada em uma forma de capital historicamente mais dinâmica e avançada, e da dita “Nova Ordem Mundial” e sua nova ordem econômica, deveriam, conforme Roosevelt proclamava desde o seu discurso de posse, nascer e ter continuidade apenas através de determinações puramente econômicas. O que de fato não ocorreu. Embora houvesse na estratégia original traçada por ele um dinamismo econômico sem precedentes associado a um enorme avanço produtivo, a realização dessa estratégia não se deu recorrendo a meios estritamente econômicos e sim a uma guerra devastadora de proporção mundial e ao surgimento e consolidação do Complexo Industrial-Militar, como adoção da linha de menor resistência do capital. Ao longo do desenvolvimento dessa nova ordem de proporção verdadeiramente mundial, é inegável a dominação do capital norte-americano, o que assegurou uma posição privilegiada a esse país

que pôde acumular uma dívida astronômica, financiada pelo resto do mundo. Esse movimento beneficiou também o capital social total, agora de dimensão global, no seu impulso de auto-expansão, além de gerar consequências globais como “[...] uma significativa *racionalização do capital global* e o estabelecimento de uma estrutura de relações financeiras e econômicas com o Estado, em geral, muito mais adequada ao deslocamento de muitas contradições do que a estrutura anterior” (p.88. Grifos do autor). A supremacia estadunidense ainda permanece como motor do desenvolvimento econômico em nível mundial, e continua a ser reafirmada mesmo com a ameaça latente da convulsão econômica global a ser ocasionada pelo inevitável calote de sua dívida pública trilionária.

Diante da supremacia estadunidense, afirmar que o imperialismo atual tem um centro não exclui de modo algum as rivalidades interimperialistas, inclusive a possibilidade de um confronto mortal entre as principais nações desenvolvidas. Essa afirmação também não deve ser compreendida de forma linear, principalmente se levarmos em consideração a existência de uma economia mundial, do alto endividamento estadunidense e da antiga necessidade de exploração e subjugação dos países mantidos sob uma espécie de subdesenvolvimento forçado (MÉSZÁROS, 2012). Em outras palavras, a potência militar e econômica que desponta como o centro do império precisa do apoio de outros países e da base econômica oferecida pela exploração e dominação desenfreada de diferentes partes do mundo como no passado recente. Todavia, o que ocorre hoje é muito mais do que a busca por investimentos que possibilitem taxas de lucros mais altas (exportação de capitais), por mercados e matérias primas (principalmente o petróleo) por um restrito número de potências que dominam o jogo econômico capitalista, como ocorreu no início do predomínio dos monopólios e da constituição do capital financeiro e de uma oligarquia financeira (LÊNIN, 2007). Embora a dimensão da dominação econômica, política e militar do imperialismo continue presente e seja inegável, segundo Mézáros (2012), o cerne da questão é a própria continuidade da reprodução ampliada do capital diante da crise.

À medida que a crise estrutural vai dando os seus primeiros sinais com a crise das instituições políticas e o neoliberalismo assume a posição de ideário dominante declarando o fim do keynesianismo, ocorre o abandono da ideologia da modernização do Terceiro Mundo. A ruína da tentativa de modernização capitalista dos países periféricos como meio de solucionar os acentuados problemas de ordem econômico-social existentes nestas nações, acentuou uma forte limitação histórica do desenvolvimento do sistema do capital. Mesmo diante de todo o esforço para concretizar essa modernização no período de expansão do pós-Segunda Guerra, esse modo de controle fracassou em abarcar o mundo inteiro como capitalismo global e

estabelecer universalmente a regulação essencialmente econômica da extração de trabalho excedente como mais-valia, mais adequada as suas determinações estruturais expansionistas. Mészáros (2006) ressalta que na raiz do desenvolvimento negativo que desemboca na crise e suas consequências destrutivas está esse fracasso histórico do capital globalizante. Ainda que o capitalismo tenha obtido hegemonia na antiga União Soviética e na Europa Oriental não se pode afirmar que todo o mundo vive sob relações econômicas capitalistas, embora esteja sob o domínio do capital.

A destrutiva tendência globalizante do capital reflete o esgotamento de sua ascendência histórica, cujo marco estaria na erupção da crise estrutural do sistema metabólico do capital. Hoje não é mais possível falar do desenvolvimento geral da produção associado à expansão do consumo. Mesmo com a completa subjugação do trabalho ao capital a produção, embora desordenada, ainda aparecia ligada, em alguma medida, às necessidades humanas. O fim desse período corresponde à ampliação do fosso existente entre a disjunção das necessidades humanas e auto-reprodução ampliada do capital. Esse esgotamento impossibilita o capital de se preocupar com o aumento do círculo de consumo tornando imperativo apenas a busca da sua reprodução em escala ampliada através da negação proposital do consumo real e da busca do ideal destrutivo da taxa zero de uso.

A contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas (produção da abundância) e as relações de produção (reprodução ampliada do capital) desemboca em uma crise de acumulação. A potencialização dessa contradição com o agravamento da crise, faz com que o desenvolvimento das forças produtivas se transforme em “força destrutiva” (MÉSZÁROS, 2006). “A crescente força destrutiva do capital” se manifesta na mudança da postura imperialista e na adoção de uma dinâmica fortemente ofensiva levada a cabo pelo “imperialismo hegemônico global”.

Conforme Mészáros (2011), o imperialismo estadunidense alicerçado no cartão de crédito, e no dispendioso e destrutivo Complexo Militar-Industrial, só pode avançar enquanto a sua dívida for sustentada por outras nações. Esse país se encontra em uma posição única e privilegiada porque se estabeleceu como país dominante desde os acordos de Bretton Woods. A hegemonia econômica dos Estados Unidos no pós-guerra, oficializada em Bretton Woods, tinha um correspondente objetivo. Realmente naquele momento esse país estava em uma situação econômica de vantagem em relação aos outros países. O acordo de Bretton Woods estabeleceu todas as organizações econômicas internacionais que respaldaram a hegemonia estadunidense mediante a dominação do dólar, o privilégio obtido através do FMI, do Banco Mundial, e de todas as organizações comerciais que até hoje permanecessem sob a tutela desse

país. Como reflexo disso, temos as imposições imperialistas do Banco Mundial que transcendem o âmbito estritamente econômico, e redefinem os contornos das políticas públicas de educação em todo o mundo, em especial nos países periféricos mantidos em “subdesenvolvimento forçado”.

Tida como uma das mais importantes agências multilaterais, o Banco Mundial executou, nas últimas décadas do século XX, o papel crucial na reestruturação das economias endividadas de capitalismo periférico, através da implantação dos preceitos neoliberais. Ante a necessidade de reverter o cenário caótico causado pelo poder devastador da crise do capital que se tornava cada vez mais aguda, o Banco Mundial, de acordo com Leher (1998 apud MENDES SEGUNDO, 2005), muda o seu eixo norteador e passa a atuar na área social, financiando empréstimos destinados a projetos em favor do combate a pobreza extrema. É nesse contexto que a educação se sobressai como a chave para o alívio da pobreza e a ferramenta essencial na luta contra os males da humanidade. Aliado a críticas a não consideração da questão ambiental nos projetos financiados por esse organismo, de crítico ferrenho o Banco passa a incorporar o discurso em torno dos preceitos do desenvolvimento sustentável, nos seus documentos relativos à assessoria dada ao desenvolvimento e ao desenho das políticas sociais, dentre elas o projeto global em torno de doses homeopáticas de Educação para Todos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Roosevelt, o então presidente dos Estados Unidos, convocou quarenta e quatro delegações e um país neutro (Argentina) para discutirem propostas acerca de um novo desenho econômico internacional a ser concretizado depois do término desse conflito. Essas discussões foram efetuadas na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944 na cidade de Bretton Woods (Estado de New Hampshire, Estados Unidos). Entretanto, mesmo com a aparente abertura a participação, as negociações iniciadas em 1942 foram lideradas e duramente disputadas pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos, representados, respectivamente, por Keynes e Harry White que definiram os aspectos mais importantes. Tendo como marca explícita uma evidente disparidade de poder, a Conferência de Bretton Woods foi marcada pela já quase consolidada hegemonia estadunidense, que veio a se tornar efetiva após o fim da Segunda Guerra Mundial (PEREIRA, 2009; PEREIRA, 2014).

Ao analisar seis dimensões da história desse organismo como organização multilateral com ações de cunho político, intelectual e financeiro, Pereira (2018) evidencia que a primeira dimensão se refere ao fato de o Banco compor a estrutura que conforma o poder global estadunidense. Os Estados Unidos sempre foram o maior acionista e o Estado nacional com

maior poder de influência e único com poderio de veto. Ao longo do tempo, pode-se dizer que houve uma relação de mútua influência entre o país que ocupa o centro do império e esse organismo internacional multilateral, em que um reforça o poderio do outro. A malha de relações estabelecidas entre o Banco Mundial e os Estados Unidos foi fundamental para o crescimento da influência das políticas e ações do Banco. Em contrapartida, esse país colheu os fartos frutos das ações políticas e econômicas desse organismo, se beneficiando destas mais do que os outros países membros. Levando em consideração o que na nossa compreensão seria uma mútua influência não se pode concluir, conforme o referido autor, que esse organismo tenha um papel passivo diante do poder estadunidense. O Banco apresenta uma estrutura burocrática complexa, uma organização voltada para o atendimento dos seus interesses e estratégias para amenizar as imposições emanadas dos Estados Unidos. Todavia, esse país pode utilizar o poder financeiro e de voto que detém e determinar os rumos da instituição. Ao longo do tempo a política estadunidense destinada ao Banco foi palco de disputas entre diferentes interesses econômicos e políticos no tocante à cooperação multilateral e a ajuda voltada ao desenvolvimento.

Embora o Banco Mundial tenha sido criado juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na Conferência de Bretton Woods (1944) com a finalidade de reconstruir os mercados dos países arrasados pela Segunda Guerra Mundial, mudou sua atuação a partir do final da década de 1960. Cresceu em tamanho e poderio e desempenha uma quantidade crescente de funções desde que começou a operar em 1946, se constituindo enquanto organização mais complexa do que a que foi criada em Bretton Woods. Ao longo da sua história o Banco se consolidou enquanto organismo que atua no âmbito político, intelectual e financeiro, combinando de forma singular esses papéis através da formulação de políticas, do fornecimento de assessoria técnica para a definição de políticas públicas, da disseminação de ideias e estudos normativos sobre desenvolvimento capitalista e mediante a concessão de empréstimos (PEREIRA, 2014).

Como maior liderança em políticas globais de desenvolvimento, atualmente, sua presença é mais enfática nos países de periferia do capital, em prol da redução da pobreza. O crescimento gradativo da sua carteira de empréstimos se deu conjuntamente a atuação em outras áreas, não se restringindo somente à infraestrutura e energia, mas contemplando também política econômica, educação, saúde, habitação, meio ambiente, administração pública e reconstrução de países afetados por conflitos. O Banco Mundial é composto por duas organizações, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e a Associação

Internacional de Desenvolvimento (AID), que dão corpo, juntamente a um conjunto de entidades cujas funções se articulam, ao Grupo Banco Mundial (GBM).

Departamentalizado em várias instituições internas, o Banco Mundial procurou ao longo dos anos aplicar a sua política para os países pobres, buscando impor condições necessárias para a inserção dessas nações no chamado mundo globalizado, bem como garantir o pagamento da dívida externa dos países devedores. Assim sendo, o Banco direcionou sua proclamada ajuda financeira e técnica com o intuito de preparar esses países para o novo momento vivenciado pelo capital. Cabe aqui contextualizar, que a situação preocupante em que o mundo capitalista estava mergulhado e a crise de endividamento da América Latina e da África abriram as portas para o Banco Mundial, como representante dos interesses dos países hegemônicos, assumir a posição de reestruturador das economias das nações ditas em desenvolvimento, por meio da adesão dessas às condicionalidades exigidas para a concessão de empréstimos, através dos Programas de Ajuste Estrutural. As determinações contidas no ajustamento estrutural do capital, dentro da nova ordem neoliberal, estabeleciam um conjunto de reformas a serem conduzidas em todas as instituições, cuja meta principal era fomentar “o aumento das exportações, o corte radical dos gastos públicos e a garantia do pagamento dos juros da dívida pública externa”. (MENDES SEGUNDO, 2005, p. 53)

No entanto, as consequências sociais nefastas desse programa, fizeram com que o Banco mudasse o seu foco de atuação, passando a fornecer empréstimos direcionados a projetos de cunho social, cuja finalidade era administrar conflitos e aliviar tensões, sob uma ótica de reduzir a pobreza nos países envolvidos. Nesse contexto, a educação se consolida como importante mecanismo no desenvolvimento da sustentabilidade econômica e no atendimento aos interesses do mercado. Essa política, conforme Leher (1998 apud MENDES SEGUNDO, 2005), teve início ainda na gestão Woods (1963- 1968), sendo consolidada efetivamente na gestão Mcnamara (1968- 1981). O autor ainda menciona que sob as circunstâncias da hegemonia neoliberal, a teoria do capital humano é retomada, ressaltando o retorno econômico do ensino fundamental e a sua propagação como aspecto primordial para garantir a inserção dos países na nova ordem mundial, denominada globalizada. Assim, a educação elementar se transformou no melhor remédio para solucionar os problemas imanentes da própria dinâmica da expansão capitalista.

O pacote de diretrizes educacionais orquestradas pelos principais organismos internacionais do sistema Nações Unidas sob a regência e financiamento do Banco Mundial deu corpo a um movimento mundial de reforma, cuja meta principal era o alcance da

universalização da educação elementar dos países pobres. Sob o lema de uma pretensa “Educação para Todos” (EPT), em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), associa-se educação, alívio da pobreza extrema e desenvolvimento econômico capitalista, em um cenário de aprofundamento das contrações sistêmicas do capital. À educação cabe solucionar as consequências econômicas, sociais políticas e ambientais advindas da crise crônica desse sistema sociometabólico incontrolável.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer às Necessidades Básicas de Aprendizagem (1990) são derivados da Conferência Mundial sobre Educação para Todos ocorrida em Jomtien na Tailândia, que marca o início do movimento de EPT. Esse evento foi organizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o financiamento do Banco Mundial e contou com a participação de 157 países membros da Unesco.

Nesse documento basilar, que vai servir de referencial para os documentos posteriores e para a reforma educacional a ser conduzida nas nações periféricas, a educação básica aparece como etapa capaz de gerar o desenvolvimento sustentável com o mínimo de custos. Na realidade, a defesa da universalização de uma educação mínima e fragmentária é o eixo principal desse pacto internacional, com o qual se articulam outras metas, a exemplo da paridade de gêneros, da educação e cuidados na primeira infância (ECPI) e da diminuição do analfabetismo.

De acordo com esse documento, a falta de uma educação básica para a grande parcela da população impede que vários problemas de ordem econômica, social, ambiental e política sejam enfrentados, e ao mesmo tempo esses problemas atrapalham os esforços em satisfazer às necessidades básicas de aprendizagem, que se restringem a um pequeno conjunto de habilidades instrumentais para o trabalho em uma sociedade com um alto patamar de evolução das forças produtivas.

Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo (UNESCO, 1990, p.4).

Dessa forma, a educação elementar seria o alicerce para o desenvolvimento e a aprendizagem em caráter permanente. A satisfação dessas necessidades possibilita a responsabilidade no desenvolvimento da herança cultural, na promoção da educação dos outros, na defesa da justiça social, na preservação do meio ambiente, na tolerância diante das diferenças e no empenho pela paz e pela solidariedade internacional.

No período de dez anos após a Conferência de Jomtien, a Unesco realizou inúmeros eventos de Educação para Todos em diversas nações ditas em desenvolvimento. Estes tiveram o intuito de avaliar os progressos obtidos e cobrar empenho tanto dos governos, da sociedade, como apoio internacional para a concretização dos objetivos traçados, visando promover limitadas oportunidades educacionais para todos os indivíduos, sobretudo os grupos excluídos, possibilitando a falaciosa conquista da cidadania e a efetivação de um direito fundamental intimamente vinculada ao alívio da pobreza.

Passados dez anos da realização da Conferência Mundial de Educação para Todos, foi realizado o Fórum Mundial de Educação em Dakar, que reiterou o espírito de Jomtien, e estabeleceu seis metas que podem ser sintetizadas da seguinte forma: Cuidados e Educação na Primeira Infância, Educação Primária Universal, Habilidades de Jovens e Adultos, Alfabetização de Adultos, Paridade e Igualdade de Gênero e Qualidade da Educação (UNESCO, 2014). Assim, o Marco de Ação de Dakar ressalta que

A educação é um direito humano fundamental e constitui a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro de cada país e entre eles e, portanto, meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI afetadas pela rápida globalização. Não se pode mais postergar esforços para atingir as metas de EPT. As necessidades básicas de aprendizagem podem e devem ser alcançadas com urgência (UNESCO, 2000, p. 8).

O Marco de Ação de Dakar reafirma a concepção de educação defendida em 1990, aliado aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), enfatizando o seu papel na construção de indivíduos autônomos, em face das novas exigências sociais e econômicas colocadas pelo século XXI, e na transformação social. O documento enfatiza que sem medidas que visem acelerar o alcance de uma educação para todos, as metas nacionais e internacionais em torno do alívio da pobreza não serão concretizadas o que contribui decisivamente para o aumento das desigualdades entre as nações e no interior destas. Dessa forma, haveria uma relação simbiótica entre redução da pobreza e universalização da educação elementar, em que uma atuaria diretamente no avanço e na consolidação da outra. Ambos compromissos

internacionais foram assumidos pelo Brasil e pelos outros países membros da Unesco, norteando os contornos das políticas educativas estabelecidas nos países em condição de subdesenvolvimento forçado sob a égide do Estado neoliberal.

A educação, começando com a assistência e educação das crianças pequenas e continuando pela aprendizagem durante a vida toda, é essencial à outorga de poder ao indivíduo, à eliminação da pobreza no nível da família e da comunidade, e ao desenvolvimento social e econômico mais amplo. Ao mesmo tempo, a redução da pobreza facilita o avanço na direção das metas da educação fundamental [...] (UNESCO, 2000, p. 22).

A Declaração traz uma avaliação das metas de EPT no ano 2000 evidenciando que em um contingente de milhões de crianças com menos de seis anos, menos da terça parte tinha acesso a algum tipo de educação pré-primária; que milhões de crianças, em sua maioria meninas, não tinham acesso à escola primária e que ainda havia milhões de analfabetos nos países pobres, em sua maioria do gênero feminino. De acordo com o documento, esses números demonstravam a negação do direito à educação e se constituíam como os maiores obstáculos à erradicação da pobreza e ao alcance do desenvolvimento sustentável, o que deixa explícito que o problema da pobreza aparece sempre vinculado intimamente à promoção da sustentabilidade nos países pobres.

Segundo esse documento, a globalização seria vista como um processo positivo, atuando enquanto uma oportunidade e um desafio, devendo ser adaptada para proporcionar equidade e sustentabilidade econômica. A revolução nas tecnologias da informação estaria na base da globalização que teria o poder de auxiliar na redução da pobreza e das desigualdades, e na utilização das novas tecnologias na educação elementar. No entanto, haveria um lado negativo no processo de globalização. Ele traria uma tendência à criação de um mercado do conhecimento que marginalizaria a população pobre. O acesso dos pobres e marginalizados a educação fundamental seria a solução para o problema da exclusão em uma economia global cada vez mais próspera baseada no conhecimento (UNESCO, 2000). Em consonância com os pressupostos da ideologia da globalização, esta seria concebida como um impulso de integração planetária que não pode ser controlado associado ao discurso de que o motor do desenvolvimento e da produção da riqueza seria o conhecimento.

Nesse contexto, uma visão ampla acerca da erradicação da pobreza exigiria estratégias educacionais complementares às do âmbito produtivo e de outros serviços sociais. Assim, seria necessário promover a integração entre as estratégias voltadas para o ensino elementar e as iniciativas nacionais e internacionais que atuam de forma mais ampla em torno do alívio da

pobreza, bem como promover a criação de sistemas educacionais inclusivos que tenham como foco central o atendimento das necessidades dos pobres e dos marginalizados, respondendo a eles de forma flexível (UNESCO, 2000).

Após o Fórum Mundial de Educação de Dakar foram realizados outros eventos de menor abrangência. Haja vista a permanência dos desafios referentes ao alcance das metas de EPT, constatada em Dakar, o Banco Mundial, por meio da Unesco, passou a monitorar as ações desenvolvidas no âmbito das políticas educacionais de cada país comprometido com a concretização, até 2015, dos objetivos traçados. A partir de 2002, a Unesco passou a publicar Relatórios de Monitoramento Global de Educação para Todos, que traziam um panorama da situação dos países e dados sobre o empenho dos governos, da sociedade e da iniciativa internacional na efetivação dos compromissos firmados. Os relatórios são elaborados por escritórios independentes responsáveis pela coleta e organização dos dados, com autorização da Unesco e envolve a colaboração de membros da equipe do relatório, agências, instituições e governos. Embora esteja à frente da publicação desses documentos desde o início, esse organismo se isenta de qualquer responsabilidade em relação ao conteúdo e opiniões contidas nos relatórios que expressariam apenas a opinião do diretor responsável pela equipe que o elaborou, conforme consta na contra capa de todos os referidos documentos. A cada ano o relatório contemplava uma temática diferente, em sintonia com as seis metas estabelecidas em Dakar, além de trazer um panorama geral da situação dos países pobres que aderiram ao compromisso no tocante à concretização das metas, destacando os desafios encontrados com o intuito de fazer recomendações para a Agenda Global de Desenvolvimento Sustentável a ser estabelecida pós- 2015.

O último Relatório publicado em torno do monitoramento das metas estabelecidas em Dakar teve como título: Educação para Todos 2000-2015: progressos e desafios. Esse documento ressalta o empenho da sociedade civil, dos governos e da iniciativa internacional apontando que embora tenham sido efetuados progressos com resultados considerados moderados desde os anos 2000, ainda há um longo caminho a percorrer no que diz respeito ao alcance da Educação para Todos. Nesse sentido, alguns problemas e desafios permanecem para a próxima agenda global pós- 2015. O Relatório lança luz sobre sua experiência no monitoramento, avaliação e análise como fonte de apoio para o estabelecimento de novas políticas, exaltando sua qualificação no que diz respeito à elaboração de recomendações para o âmbito da educação em torno da agenda de desenvolvimento sustentável. De acordo com essas recomendações, as novas metas voltadas para a educação devem ter um caráter específico e

serem mensuráveis. A prioridade deve ser dada aos desafios que permanecem, em especial aos grupos que ainda se encontram marginalizados do direito à educação e ações de financiamento mais eficientes, principalmente para as nações mais necessitadas. Por fim, afirma que o Relatório e sua equipe independente darão continuidade ao monitoramento e à produção de análises e recomendações após 2015, asseverando que muito ainda precisa ser feito para garantir uma aprendizagem ao longo da vida, já que o investimento mais significativo e com resultados de longo prazo são aqueles voltados para os direitos humanos, inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mészáros enfatiza a profunda relação entre a fase mais perigosa do imperialismo hegemônico global e a crise sistêmica e crônica que se desnuda no horizonte desde o início da década de 1970. A ruína da tentativa de modernização capitalista dos países periféricos e o fracasso em abarcar o mundo inteiro como capitalismo global, estabelecendo universalmente a regulação essencialmente econômica da extração de trabalho excedente como mais-valia, seria uma das raízes da crise estrutural, de acordo com Mészáros (2006). Assim, a destrutiva tendência globalizante do capital reflete o esgotamento de sua ascendência histórica. Embora tenha fracassado na consolidação de um capitalismo global, o capital abarca o mundo por meio de formas híbridas de extração econômica e política do trabalho excedente. Apesar disso, o capital transnacionalizado (capital global) carece de sua forma estatal global, e o Estado moderno (na forma de estados nacionais) se mostra incapaz de completar a lógica irrestringível desse metabolismo social, estando cada Estado particular voltado para atender os interesses do seu capital nacional. No ultimato dado pela crise estrutural, essa contradição e limitação histórica do sistema apresenta um potencial explosivo, inclusive por expor a tendência a rivalidades interimperialistas mais severas.

Enquanto organismo verdadeiramente internacional, em sua relação de influência mútua com o imperialismo estadunidense, o Banco Mundial assumiu o controle da educação dos países de periferia do capital, ocupando, inclusive, o lugar da Unesco no tocante aos assuntos educacionais, mediante agendas impositivas marcadas pelo binômio entre educação e alívio da pobreza (LEHER, 1998 apud MENDES SEGUNDO, 2005). Nos principais documentos do movimento de EPT já se antecipava, em larga medida, o papel da educação para a promoção do desenvolvimento sustentável, cerne do compromisso global de educação 2030. A Declaração de Jomtien não faz referência direta a categoria da sustentabilidade, embora relacione educação

e pobreza. Já o Marco de Ação de Dakar delega a educação uma importante função no alcance do desenvolvimento sustentável, tida como elemento essencial para garantir a participação dos indivíduos nas sociedades afetadas pela falaciosa globalização que ao invés de se constituir em um processo de integração planetária se mostra sob um viés destrutivo e insustentável. A nova Agenda Internacional de Educação pós- 2015, deriva de uma agenda global para o desenvolvimento internacional que viria a substituir os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, bem como, dar continuidade as metas não atingidas por esse compromisso. Essa nova agenda para o desenvolvimento sustentável está voltada para dar continuidade e finalizar o trabalho em torno dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, orientando políticas nacionais e atividades de cooperação internacional. A agenda global de educação daí resultante tem um elo de continuidade com a EPT, apesar de não carregar mais essa denominação, sendo essa a matriz a partir da qual se ergueria um compromisso imperialista que embora exalte o legado de Jomtien e Dakar tem traços de descontinuidade com esse movimento inicial, anteriormente restrito aos países pobres.

## REFERÊNCIAS

- LESSA, Sérgio. Beyond Capital: Estado e capital. **Serviço Social e Sociedade**, v. 56, p. 135-151, Ed. Cortez, São Paulo, 1998.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**: (ensaio popular). [traduzido por José Eudes Baima Bezerra]; posfácio de Markus Sokol- Brasília: Nova Palavra, 2007.
- LUCÁKS, George. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. *O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil: o Fundef no centro do debate*. 2005. 243f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, FAGED-UFC, Fortaleza, 2005.
- MÉSZÁROS, István. **A atualidade histórica da ofensiva socialista**: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. [tradução Paulo César Castanheira; revisão técnica: Maria Orlanda Pinassi]. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. [tradução Francisco Raul Cornejo [et al.] -2. ed. rev. e ampliada. -São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. *Marx, nosso contemporâneo, e o seu conceito de globalização*. In: **Coletivo Socialismo e Liberdade**. PSOL. 2006, p. 1-11. (Artigo).
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. [tradução Ana Cotrin]. – São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA -Unesco. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem.** Jomtien, 1990. UNESCO, 1998. Disponível em: <[www.unesco.org.br/publicação/doc-internacionais](http://www.unesco.org.br/publicação/doc-internacionais)>. Acesso em: 10 de maio de 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA -Unesco. **Educação para Todos: O Compromisso de Dakar.** UNESCO, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 05 de jun. de 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA -Unesco. **Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação; rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos.** Coreia do Sul, 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002432/243278POR.pdf>>. Acesso em 05 de maio de 2017.

PANIAGO, Cristina. *A incontornabilidade ontológica do capital: um estudo sobre Beyond Capital, de I. Mézáros.* Rio de Janeiro, 2001. 136f. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro- RJ, 2001.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Dimensões da história do Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro. **Cadernos de Saúde Pública.** vol.34, nº 2. Rio de Janeiro. 2018

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008).* Rio de Janeiro, 2009. 328f. Tese. (Doutorado) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro-RJ, 2009.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Poder, política e dinheiro: a trajetória do Banco Mundial entre 1980 e 2013. In: PEREIRA, João Márcio Mendes. PRONKO, Marcela (Org). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013).** - Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

PIRES, Marcos Cordeiro. A nova ordem mundial e o Consenso de Washington. **Revista Novos Rumos.** Ano 21. Nº 45. 2006

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 136 p.